

CÂMARA DOS PARES

CRONOLOGIA de legislação e outros documentos de suporte legal e regulamentação do trabalho da Câmara e em particular das Comissões (*)

1826 - 29 de abril

CARTA CONSTITUCIONAL

- 12 de julho

Decreto para registo e publicação da Carta Constitucional

- 15 de julho

Decreto para ser jurada no dia 31 a Carta Constitucional

1826 - 30 de abril

Decreto para que o patriarca, todos os arcebispos e bispos do reino se tornassem PARES POR DIREITO PRÓPRIO, aquando da elevação a essas dignidades eclesiásticas

1826 – 8 de outubro

Decreto para regular o cerimonial/ UNIFORME DOS PARES

1826 – 23 de outubro

Projeto de REGIMENTO INTERNO preparado pelo Governo (**)

1826 – 28 de novembro

REGIMENTO INTERNO (aprovado em sessão de 11 de dezembro)

1834 – 1 de dezembro

Decreto conferindo aos pares TRATAMENTO DE EXCELÊNCIA

1835 – 13 de julho

Resolução sobre SERVIÇOS E REPARTIÇÕES DA CÂMARA

1835 – 28 de setembro

Decreto conferindo aos pares as honras de GRANDES DO REINO

1836 – 13 de fevereiro

Carta de Lei dispondo que no início de cada sessão legislativa o rei nomeie um PAR QUE SUPRA A FALTA DO PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE (v. Carta de lei de 15 de setembro de 1842)

1836 – 16 de março

Carta de Lei relativa ao encaminhamento de PROJECTOS PENDENTES, no fim da legislatura

1842 – 2 de setembro

Carta de Lei qualificando de ESCRIVÃES DA CÂMARA constituída em TRIBUNAL DE JUSTIÇA o oficial maior e subdiretor da secretaria da Câmara

1842 – 15 de setembro

Carta de Lei ampliando a de 13 de fevereiro de 1836 para serem nomeados DOIS PARES PARA SUPRIREM AS FALTAS DO PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE

1843 -20 de abril

Novo REGIMENTO INTERNO

1843 -2 de maio

Regimento Interno da Câmara dos Pares constituída em TRIBUNAL DE JUSTIÇA

1843 - 8 de junho

Carta de Lei conferindo à câmara a nomeação de um dos cinco membros e seu substituto para a JUNTA DE CRÉDITO PÚBLICO

1843 – 16 de dezembro

Proposta nº 96, de 6 de dezembro, aprovada na Câmara dos Pares relativa à COMPOSIÇÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

1845 - 18 de março

Resolução relativa ao procedimento em caso de FALECIMENTO DE PARES e apresentação de pêsames à família

1845 - 11 de abril

Carta de Lei regulando o DIREITO HEREDITÁRIO DOS PARES E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO para admissão

1845 - 24 de abril

Carta de Lei extensão da de 9 de abril de 1838 relativa aos empregados da Câmara dos Deputados, conferindo aos EMPREGADOS DA SECRETARIA DA CÂMARA as mesmas graduações, honras e prerrogativas dos das Secretarias de Estados

1848 – 1 de abril

Proposta nº 15, de 27 de março, aprovada, relativa aos RELATORES DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA CÂMARA

1849 – 15 de fevereiro

Carta de Lei estabelecendo regras para a câmara quando constituída em TRIBUNAL DE JUSTIÇA

1849 – 13 de julho

Carta de Lei permitindo aos PARES ACUMULAR OUTRAS FUNÇÕES (v. Ato Adicional, artº 3º)

1849 – 27 de julho

Carta de Lei regulando o artº 54º da Carta, estabelecendo consultivas as resoluções das COMISSÕES MISTAS

1852 – 5 de julho

ACTO ADICIONAL À CARTA CONSTITUCIONAL

1853 – 20 de agosto

Carta de Lei para JUNTAS E COMISSÕES ADMINISTRATIVAS publicarem anualmente as contas das respetivas administrações

1854 – 14 de março

Resolução sobre PUBLICAÇÃO DE PRESENÇAS E FALTAS DOS PARES

1855 – 2 de abril

REGULAMENTO POLICIAL da Câmara dos Dignos Pares do Reino (oficial maior na qualidade de chefe de polícia e agente administrativo, porteiro, contínuos, guarda-portões e serventes)

1855 – 13 de julho

Resolução sobre SERVIÇOS E REPARTIÇÕES DA CÂMARA

1856 – 7 de fevereiro

Resolução sobre o NÚMERO DE PARES COM QUE A CÂMARA PODE FUNCIONAR.

1856 – 20 de fevereiro

Resolução sobre a DURAÇÃO DAS SESSÕES.

1857 – 12 de janeiro

Resolução sobre o ELENCO E COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES

1858 – 11 de dezembro

Resolução sobre a impressão de PROPOSTAS OU PROJECTOS e dos documentos que lhes dizem respeito.

1859 – 11 de fevereiro

Resolução sobre a assistência às SESSÕES SECRETAS

1859 – 16 de maio

Resolução sobre o NÚMERO DE PARES PARA AS VOTAÇÕES

1859 – 26 de maio

Resolução sobre SERVIÇOS E REPARTIÇÕES DA CÂMARA

1860 – 16 de abril

Resolução regulando o USO DA PALAVRA RELATIVAMENTE A ASSUNTOS DA ORDEM DO DIA

1860 – 16 de abril

Resolução relativa a INTERPELAÇÕES AO GOVERNO

1860 – 17 de abril

Resolução relativa aos ASSUNTOS QUE NÃO CONSTAM DA ORDEM DO DIA

1860 – 12 de junho

Resolução sobre SERVIÇOS E REPARTIÇÕES DA CÂMARA

1861 – 15 de março

Resolução sobre SERVIÇOS E REPARTIÇÕES DA CÂMARA

1861 – 3 de junho

Resolução sobre o ELENCO E COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES

1861 – 22 de junho

Resolução sobre a apresentação da RESPOSTA AO DISCURSO DO TRONO

1861 - 8 de agosto

Regulamento Interno da Câmara constituída em TRIBUNAL DE JUSTIÇA

1862 – 20 de julho

Resolução relativa à AULA DE TAQUIGRAFIA

1863 – 11 de fevereiro

Carta de Lei para a apresentação pública ao corpo legislativo de TRATADOS E CONCORDATAS com países estrangeiros

1863 – 17 de junho

Resolução sobre SERVIÇOS E REPARTIÇÕES DA CÂMARA, compreendendo a AULA DE TAQUIGRAFIA

1864 – 22 de abril

Resolução sobre o USO DA PALAVRA na Câmara

1864 –13 de maio

Resolução relativa à fixação da ORDEM DO DIA

1864 – 1 de julho (publ. 1865)

REGULAMENTO PARA O SERVIÇO INTERNO DA MESA da Câmara dos Dignos Pares do Reino (compreendendo as três repartições em que se divide o serviço interno da Mesa da Câmara dos Pares: DIRECÇÃO GERAL DA SECRETARIA, DIRECÇÃO GERAL DA TAQUIGRAFIA, REPARTIÇÃO DE REDACÇÃO E PUBLICAÇÃO DAS SESSÕES)

1869 - 15 de abril

Decreto com força de lei fixando os QUADROS E VENCIMENTOS DOS EMPREGADOS das Câmaras Legislativas

1869- 1 de setembro

Carta de Lei para os EMPREGADOS PAGAREM IMPOSTO equivalente ao “direito de mercê”.

1869

Regimento Interno da Câmara ou revisto em função do decreto de 15 de abril de 1869

1878 – 3 de maio

Carta de lei que sanciona decreto de 16 de abril que declara em vigor vários artigos da Carta de Lei de 11 de abril de 1845 relativos à nomeação e condições de INGRESSO DE NOVOS PARES (LEI DO PARIATO)

1878 – 10 de maio

Carta de lei concedendo APOSENTAÇÃO AOS EMPREGADOS das Câmaras Legislativas

1880 - 3 de janeiro

REGULAMENTO DA LEI DO PARIATO, adicional ao regimento interno com disposições relativas à criação de uma COMISSÃO DE VERIFICAÇÃO DE PODERES por sessão legislativa (e anual, por resolução de 5 de janeiro de 1881) e ao seu funcionamento para apreciar os documentos de ingresso de novos pares, de acordo com a Carta Constitucional e a lei de 3 de maio de 1878 (v. *supra*)

1881 - 5 de janeiro

Resolução relativa à nomeação de uma COMISSÃO DE VERIFICAÇÃO DE PODERES dos Pares, no início de cada sessão anual

1881- 30 de junho

Carta de Lei considerando as mesas das duas câmaras competentes para reformarem os QUADROS DA SECRETARIA, TAQUIGRAFIA E REDACÇÃO de cada uma delas

1882- 2 de maio

Carta de Lei para que sejam discutidos e aprovados pelas cortes em sessão pública TRATADOS, CONCORDATAS E CONVENÇÕES com países estrangeiros

1883- 19 de março

REGULAMENTO PARA O SERVIÇO INTERNO das dependências da Câmara dos Pares, substituindo e revogando o de 1864

1884 – 15 de maio

Carta de lei reconhecendo a necessidade da REFORMA DA CARTA CONSTITUCIONAL nalguns artigos

1885 – 21 de julho

Carta de lei reduzindo a importância do rendimento e contribuições necessárias para sucessão no pariatto (LEI DO PARIATO)

1885 – 24 de julho

Carta de lei REFORMANDO ALGUNS ARTIGOS DA CARTA CONSTITUCIONAL – 2º ACTO ADICIONAL

1885 – 24 de julho

Carta de lei aprovando a ORGANIZAÇÃO ELEITORAL DA PARTE ELECTIVA DA CÂMARA DOS PARES

1886 – 29 de julho

Decreto que autoriza a REFORMA DOS QUADROS DOS EMPREGADOS das câmaras legislativas

1889 – 19 de setembro

Decreto que REFORMA DOS QUADROS DOS EMPREGADOS das duas câmaras legislativas (v. Regulamento de 1890)

1890 – 20 de fevereiro

ORGANIZAÇÃO ELEITORAL DA PARTE ELECTIVA DA CÂMARA DOS PARES

1890 – 19 de agosto

REGULAMENTO PARA O SERVIÇO INTERNO DAS DEPENDÊNCIAS DA CÂMARA DOS PARES, substituindo o de 1 de julho de 1864 e 19 de março de 1883.

1892 – 1 de abril

Regulamento Interno da Câmara constituída em TRIBUNAL DE JUSTIÇA

1892 – 30 de dezembro

Artº 8º do Decreto-Lei (reforma dos quadros de empregados?)

1893 – 22 de fevereiro

REGULAMENTO PARA O SERVIÇO INTERNO DA MESA DA Câmara dos Pares (ficando em vigor as disposições do regulamento de 19 de agosto de 1890, que não sejam incompatíveis ou alterados por este)

1895 - 25 de setembro

Decreto que REORGANIZA A CÂMARA DOS PARES (abolindo o pariatto electivo, mas fixando 90 vitalícios, nomeados pelo rei, além dos de direito próprio)

1896 - 3 de abril

Carta de Lei que altera o decreto de 25 de setembro de 1895, REORGANIZANDO A CÂMARA DOS PARES

1896 – 22 de dezembro

REGULAMENTO PARA O SERVIÇO DE TAQUIGRAFIA

1899 – 15 de março

REGULAMENTO PARA O SERVIÇO INTERNO DAS DEPENDÊNCIAS DA Câmara dos Pares (ficando em vigor as disposições do regulamento de 19 de agosto de 1890, que não sejam incompatíveis ou alterados por este)

1902- 1 de dezembro

Providências regulamentares para PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DAS SESSÕES (revoga as disposições do Regulamento de 15 de março de 1899 que forem contrárias)

NOTAS:

A Carta Constitucional, cartas de lei, decretos, regimentos e regulamentos estão publicados em compilações de legislação ou outras edições.

As resoluções, propostas e projetos encontram-se nos Diários da Câmara, nas datas correspondentes.

(*) Esta cronologia não é exaustiva para toda a Câmara dos Pares, privilegiando o que respeita às Comissões, objeto deste trabalho.

(**) *in Documentos para a História das Cortes Gerais da Nação Portuguesa*, Tomo II, ano de 1826, Lisboa, Imprensa Nacional, 1884.